SINDSEMP-BA

Cartilha Explicativa

Os Impactos Negativos e Ameaças da Proposta de Reforma Administrativa para os Servidores Públicos

2026



Expediente

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - SINDSEMP-BA
GESTÃO 2026 - 2029

DIRETORA-PRESIDENTE
ERICA OLIVEIRA DE SOUZA

DIRETOR ADMINISTRATIVO
LOURIVAL ALVES DOS SANTOS

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
MANUELA SANTANA NOGUEIRA SODRÉ

DIRETOR DE FINANÇAS
JOÃO PAULO DE FREITAS SOUZA

DIRETOR DE POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO
MARCOS SÉRGIO PIMENTEL DOS ANJOS

DIRETORA JURÍDICA
HILDA SANTA ROSA FREITAS

PROJETO GRÁFICO
ANDRÉA LANA PEREIRA DE BARROS MELO - JORNALISTA

REVISÃO
ERICA OLIVEIRA
MANUELA NOGUEIRA

Apresentação

Esta cartilha foi elaborada pelo SINDSEMP-BA com o objetivo de orientar, esclarecer e alertar a categoria sobre os graves impactos negativos e as ameaças contidas na proposta de Reforma Administrativa (PEC e PL do Marco Legal). Sob o discurso de modernização e eficiência, o texto esconde retrocessos profundos que enfraquecem a estabilidade, reduzem direitos históricos e precarizam as condições de trabalho no serviço público.



Governança, Gestão e o Risco de Bloqueio Funcional

O primeiro eixo da proposta introduz instrumentos de gestão por resultados. Embora o discurso oficial venda a ideia de valor para a sociedade, na prática o servidor público passa a arcar com os ônus de falhas estruturais da administração:

Bloqueio da Progressão Funcional:

A progressão na carreira fica condicionada à existência e implementação de instrumentos de governança e gestão pela alta administração. Se houver falha ou inércia dos gestores em implantar tais ferramentas, o servidor é punido com o congelamento de sua carreira.

Pressão dos Órgãos de Controle:

O monitoramento contínuo por parte dos Tribunais de Contas sobre avaliações de desempenho e bônus eleva exponencialmente a pressão cotidiana sobre os servidores.

Governança, Gestão e o Risco de Bloqueio Funcional

Rigor Desproporcional no Processo Decisório:

A exigência de rigoroso exame de diligência e coerência (Art. 37, § 5º-A da PEC) obriga o servidor a uma burocracia defensiva extrema, formalizando cada etapa para se proteger em Processos Administrativos Disciplinares (PADs).

Transformação Digital e Exigência de Adaptação Forçada

A digitalização plena dos serviços e atos públicos traz desafios operacionais severos para a força de trabalho:

Atenção: A obrigatoriedade de adaptação imediata a novas ferramentas e processos digitais complexos torna-se um fator determinante nas avaliações de desempenho, podendo penalizar servidores que encontrem dificuldades de adaptação tecnológica sem o devido suporte institucional.

Ataque à Profissionalização e Estabilidade do Serviço Público

O eixo de gestão de pessoas é o mais danoso à estrutura do funcionalismo público estatutário:

Fim da Progressão por Tempo de Serviço:

A vedação da progressão automática baseada no tempo de serviço (Art. 37, XXIII, g da PEC) elimina a valorização da experiência acumulada e submete o servidor integralmente a avaliações periódicas de desempenho. Índices insatisfatórios (abaixo de 70%) bloqueiam o desenvolvimento na carreira.

Endurecimento do Estágio Probatório:

O novo estágio probatório vincula a estabilidade a um aproveitamento rígido em capacitações obrigatórias e comprovação estrita de aptidão, aumentando consideravelmente o risco de exoneração (Art. 41, § 5º da PEC).

Ataque à Profissionalização e Estabilidade do Serviço Público

O eixo de gestão de pessoas é o mais danoso à estrutura do funcionalismo público estatutário:

Redução do Salário de Ingresso (TRU):

A Tabela Remuneratória Unificada (TRU) limita a remuneração inicial a 50% do final de carreira, o que desvaloriza o salário de entrada em carreiras de alta complexidade e compromete a atração de novos talentos.

Insegurança Jurídica com a "Investidura a Termo":

O vínculo estatutário por tempo determinado (prazo não inferior a 10 anos) cria uma categoria de "efetivo sem estabilidade plena", rompendo com o princípio histórico da vitaliciedade/estabilidade inerente ao cargo público.

Ataque à Profissionalização e Estabilidade do Serviço Público

O eixo de gestão de pessoas é o mais danoso à estrutura do funcionalismo público estatutário:

Riscos em Cargos Comissionados (CCs):

Servidores efetivos que assumem cargos estratégicos serão submetidos a avaliações periódicas diferenciadas e vinculadas a Acordos de Resultados, gerando alta vulnerabilidade e risco constante de perda da função.

Realocação Forçada:

O dimensionamento prévio da força de trabalho abre margem para a movimentação compulsória de pessoal entre órgãos, afetando a lotação e a estabilidade geográfica do servidor contra sua vontade.

Extinção de Direitos, Vantagens e Redução Remuneratória

Sob o pretexto de corrigir distorções, a reforma suprime conquistas históricas e impõe severas perdas financeiras:

Direito Afetado	Impacto Negativo da Reforma
Férias e Vantagens	Fim de férias superiores a 30 dias (ex: 60 dias), extinção do Adicional por Tempo de Serviço (ATS / qüinqüênios) e vedação absoluta da conversão em pecúnia de folgas ou licenças.
Auxílios e Verbas Indenizatórias	Criação de um teto orçamentário para despesas indenizatórias (corrigido apenas pelo IPCA), o que engessa e corrói ao longo do tempo auxílios essenciais como saúde e alimentação. Além disso, proíbe-se o pagamento de valores retroativos.

Extinção de Direitos, Vantagens e Redução Remuneratória

Sob o pretexto de corrigir distorções, a reforma suprime conquistas históricas e impõe severas perdas financeiras:

Direito Afetado	Impacto Negativo da Reforma
Honorários e Fundos de Custeio	A classificação de honorários de sucumbência como receitas públicas e a vedação à criação de fundos eliminam fontes significativas de complementação salarial e mecanismos de custeio de benefícios para diversas categorias.

Conclusão do SINDSEMP-BA

A Reforma Administrativa em tramitação representa um desmonte disfarçado de modernização. Ao fragilizar a estabilidade, condicionar carreiras a critérios subjetivos de gestão, eliminar adicionais por tempo de serviço e congelar auxílios, a PEC ataca diretamente a dignidade e a independência do servidor público. O SINDSEMP-BA reafirma seu compromisso intransigente na defesa dos direitos da categoria e convoca todas e todos à mobilização permanente!

SINDSEMP-BA

JUNTOS NA DEFESA DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

Documento elaborado com base no Estudo Comparativo da Reforma Administrativa.

CONTATOS

SINDSEMP-BA

Endereço: Avenida Joana Angélica, 1312, Sala 001-B,
2º Subsolo - Nazaré. Salvador, Bahia.
CEP 40050-001

Instagram: @sindsemp_ba
Site: https://sindsempba.org.br/

E-mails:

- presidencia@sindsempba.org.br
- administrativo@sindsempba.org.br
- comunicacao@sindsempba.org.br
- financeiro@sindsempba.org.br
- juridico@sindsempba.org.br
- politicaemobilizacao@sindsempba.org.br
- ouvidoria@sindsempba.org.br



SINDSEMP-BA